

RELATOR - CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

1ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, dia 07/02/2023

Item 55

Processo: TC-006941.989.20-4

Prefeitura Municipal: Pracinha.

Exercício: 2021.

Prefeito(a): Maurilei Aparecido Dias da Silva.

Advogado(s): Juliana Kenei Amadio Silva Bressan (OAB/SP nº 289.794).

Procurador(es) de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalizada por: UR-18.

Fiscalização atual: UR-18.

**EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA MUNICIPAL.
FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÕES.**

Falhas no Controle Interno e Planejamento. Alterações Orçamentárias. Impropriedades relacionadas aos recursos humanos. Atendimento aos índices constitucionais e legais. Parecer favorável. Recomendações.

Tratam os autos das **CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**, relativas ao exercício de 2021.

I - A fiscalização foi realizada pela UR-18 – Unidade Regional de Adamantina.

Os resultados das fiscalizações quadrimestrais foram colhidos remotamente, devido à limitação decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID19). O relatório final foi inserido no evento 48 e foram apontadas ocorrências:

- Falhas no Planejamento e no Controle Interno;
- Alterações orçamentárias: 63,80% da despesa inicial;
- Recursos Humanos: cargos comissionados sem exigência de nível superior, pagamento habitual de horas extraordinárias e acima do limite legal e pagamento de gratificação de dedicação exclusiva e de horas extras aos motoristas;
- Despesas sem procedimentos licitatórios;
- I-Educ: C e foram identificadas falhas na Fiscalização Ordenada – Unidades Escolares;

- IEG-M: índice C.

II - Notificado, o senhor Maurilei Aparecido Dias da Silva, responsável pela prestação de contas, apresentou suas razões de defesa e documentos, que foram inseridos no evento 64.

III - O Ministério Público de Contas opinou pela emissão de parecer desfavorável às contas, em razão da baixa efetividade da gestão municipal, excessivas alterações orçamentárias e a realização de horas extraordinárias de forma habitual, em quantidade excessiva e acima do limite estabelecido na CLT, e propôs as recomendações elencadas no parecer inserto no evento 75.

IV – A **SDG** se manifestou pela aprovação das contas com recomendações (evento 84).

Síntese do apurado pela fiscalização:

ITENS		SITUAÇÃO
Ensino	Ref. 25%	27,53%
FUNDEB	Ref. 95%-100%	100%
Magistério	Ref. 70%	100%
Despesa de Pessoal	Limite 54%	44,93%
Saúde	Ref. 15%	20,65%
Transferência ao Legislativo	Limite 7%	Regular
Execução Orçamentária		Superávit 7,84%
Remuneração dos Agentes Políticos		Regular
Investimentos		4,39%
Encargos Sociais		Regular

É o relatório.

VOTO

As contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA**, relativas ao exercício de 2021, podem ser aprovadas, diante da análise dos pontos essenciais da gestão, sendo as falhas passíveis de relevação.

Houve o atendimento aos mandamentos constitucionais e legais, referentes às despesas com Ensino e Saúde, bem como a observância aos limites de Gastos com Pessoal, Transferência de Recursos ao Legislativo.

Da mesma forma foi atestada a regularidade na aplicação dos recursos recebido do FUNDEB, com respeito ao estabelecido para a valorização dos profissionais do magistério¹.

A Municipalidade obteve superávit orçamentário de 7,84%, com reflexo nos resultados abaixo demonstrados:

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 1.610.167,26	R\$ 395.238,74	307,3900%
Econômico	R\$ 1.539.829,70	R\$ 1.308.302,99	17,7000%
Patrimonial	R\$ 12.523.050,11	R\$ 11.072.529,99	13,1000%

Contudo, ressalto a abertura e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$7.800.980,55, o que corresponde a 63,80% da despesa inicialmente fixada, desfigurando o planejamento, em dissonância com os Comunicados SDG nº 29/2010 e 32/2015.

Com relação à gestão de recursos humanos, foram apontadas ocorrências relacionadas aos cargos em comissão, pagamento de gratificação sem critério, que demandam alteração legislativa, a Municipalidade informou a adoção de providências.

¹ Em atendimento ao artigo 60, XII do ADCT da CF/88.

Ainda, no que se refere aos servidores, este Tribunal vem apontando há anos, o número excessivo de horas extraordinárias, e nenhum avanço foi conquistado pela administração, situação que deve ser comunicada ao Ministério Público Estadual.

Saliento que a nota C (baixo nível de adequação) do IEG-M² persiste, desde no mínimo 2019, cabendo ao gestor público envidar esforços para a solução dos problemas das respectivas áreas.

Quanto à Educação, o índice também é insatisfatório, a dificuldade dos pequenos municípios é conhecida por todos, mas a inércia e o descaso têm motivado a rejeição de contas municipais.

A maioria das falhas apuradas na Fiscalização Ordenada dedicada às Unidades Escolares foi sanada, conforme defesa e consulta aos autos da Fiscalização Ordenada realizada em 2022³ e as pendentes estão sendo devidamente acompanhadas para solução.

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C	C	C
i-Planejamento	B	C+	C
i-Fiscal	C	B	C+
i-Educ	C	C	C
i-Saúde	B	C+	C+
i-Amb	C	C	C+
i-Cidade	C	C	C
i-Gov-TI	C	C	C

2

³ TC-10.851/989/22 – Fiscalização Ordenada – Unidades Escolares – Infraestrutura e Programas Suplementares.

As demais impropriedades serão alçadas ao campo das recomendações.

Advirto ao administrador público que a reincidência sistemática das falhas poderá ensejar o juízo desfavorável das contas futuras, bem como sujeitá-lo às sanções previstas no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Ante o exposto, acompanho a manifestação da **SDG** e **VOTO PELA EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL ÀS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2021**, excetuados os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do parecer, acolho as recomendações propostas pelo Ministério Público de Contas (evento 75).

Após o trânsito em julgado deve o Cartório enviar os autos à DF/UR competente para as providências de envio de cópia digital à Câmara Municipal, em seguida ao arquivo.

É o meu voto.

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO RELATOR

RCP